

Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade

Flamarion Dutra Alves

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil
e-mail: dutrasm@yahoo.com.br

Resumo

O processo de territorialização dos assentamentos rurais é uma discussão pertinente no estudo da questão agrária brasileira, ao tratar dos sujeitos como atores fundamentais na construção das identidades e representações do movimento socioterritorial. Nesse sentido, o artigo tem por objetivo, discutir a questão do território, identidade e cultura no assentamentos rurais, bem como apresentar o quadro geral da reforma agrária no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI, e por fim fazer apontamentos dos trabalhos realizados por geógrafos sobre assentamentos rurais no Rio Grande do Sul entre 2000 – 2015.

Palavras- chave: Questão agrária; geografia agrária; movimentos socioterritoriais.

Territorialization of rural settlements: from the conquest of land to the construction of an identity

Abstract

The process of territorialization of rural settlements is a pertinent discussion in the study of the Brazilian agrarian question, treating subjects as fundamental actors in the construction of identities and representations of the socio-territorial movement. In this sense, the article aims to discuss the issue of territory, identity and culture in rural settlements, as well as present the general framework of agrarian reform in Brazil in the first two decades of the 21st century, and finally make notes on the work done by geographers on rural settlements in Rio Grande do Sul between 2000 and 2015.

Keywords: Agrarian question; rural geography; socio-territorial movements.

Territorialización de los asentamientos rurales: de la conquista de la tierra a la construcción de una identidad

Resumen

El proceso de territorialización de los asentamientos rurales es una discusión pertinente al estudio de la sociedad brasileña, a saber, los dos sujetos a los fundamentos de la creación de identidades y representaciones del movimiento socioterritorial. En este sentido, el artículo tiene por objetivo, discutir la cuestión del territorio, identidad y cultura en los asentamientos rurales, así como presentar el cuadro general de la reforma agraria en Brasil en las dos primeras décadas del siglo XXI, y por fin hacer apuntes de los trabajos realizados por geógrafos sobre asentamientos rurales en Rio Grande do Sul entre 2000 – 2015.

Palabras clave: Cuestión agraria; geografía agraria; movimientos socioterritorial.

Introdução

O conceito de território tem sido muito utilizado pelos geógrafos ao tratarem das questões de apropriação e conquistas de espaços para uso coletivo e de caráter de resistência ao sistema hegemônico. Esse território pode ser demarcado em fronteiras bem delimitadas fisicamente, o que lhe confere sua materialidade na sociedade, ou ainda, balizado pelas suas tessituras simbólicas e identitárias que compõem suas conjunturas imateriais e que dão legitimidade e pertencimento aos sujeitos envolvidos no processo de territorialização.

Estudar movimentos socioterritoriais¹ requer entender as origens dos sujeitos que fazem parte dele, pois a compreensão dos laços e trajetórias na luta pela terra exprimem sua ligação com o território conquistado. Além disso, os impactos dos assentamentos rurais reflete em várias dimensões da sociedade, seja pelo viés econômico em uma escala local-regional, seja na reestruturação jurídica da terra, seja no âmbito político da sociedade local ou ainda no mundo vivido dos sujeitos assentados que ocupam um novo espaço de vivência.

Nesse texto, discutiremos como o processo de territorialização dos assentados promove uma transformação no espaço sob várias perspectivas, sobretudo a identitária e cultural. Apresentaremos algumas considerações sobre a dinâmica da reforma agrária no Brasil e no Rio Grande do Sul nestas duas primeiras décadas do século XXI, e por fim, será ilustrado a produção de geógrafos sobre a territorialização dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.

Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, foram analisadas obras acerca da questão agrária e assentamentos rurais no Brasil, bem como análise de dados secundários publicados pelo INCRA, quanto a discussão teórica sobre território pautou-se em autores da ciência geográfica, e por fim, na análise da produção de dissertações e teses foram pesquisadas informações constantes na Plataforma Sucupira e Banco de Teses da CAPES.

Cultura, identidade e território: o processo de territorialização

Entender o processo de territorialização é delimitar as ações dos indivíduos na busca pela conquista do espaço e transformá-lo deixando suas expressões e marcas, seja material ou imaterialmente.

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o movimento traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade - um latifúndio. Conquistar a terra,

¹ FERNANDES (2005)

uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999).

Para Raffestin (1993, p.59-60) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, o movimento de luta pela terra conquista esse trunfo, ou seja, essa fração do território possibilitando uma territorialização na espacialização da luta pela terra.

Conceituando o território se observam que sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área. Segundo Raffestin (1993, p. 143) à medida em que o:

Espaço e território não são termos equivalentes (...) É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

O espaço está em constante disputa e conflitos por grupos e classes sociais que requerem seus direitos e necessidades. Castro (2009) discorre sobre esses embates na sociedade e de suas complexidades no campo e na cidade:

[...] é possível então afirmar que as questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um. (CASTRO, 2009, p.41).

Essa territorialização é expressa pelos movimentos cotidianos dos sujeitos que ocupam e se apropriam do espaço e ali manifestam suas formas e processos. Para Raffestin (1993) esse fenômeno é identificado como territorialidade:

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Deste modo o território ganha uma identidade, que é particular, mas ao mesmo tempo está associada a um contexto complexo que une movimentos semelhantes em escalas distintas, ou seja, o espaço conquistado (território) de base física é único, mas suas ações e processos podem ser reproduzidos em diferentes escalas, compondo a identidade simbólica da ação, como o ocorre com o MST, por exemplo.

A produção do espaço resulta no território como afirma Raffestin:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria prima. Preexistente a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não o é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993,p.144).

A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o lugar onde as transformações ocorrem e a materialidade do território se desenvolve.

O assentamento pode ser o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuar sendo respeitado e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de acender a partir de suas próprias potencialidades.

Dessa forma, a luta pela terra não tem somente o sentido de conquista, mas uma luta por sobrevivência, para produzir e comercializar, para reivindicar direitos e políticas agrárias voltadas aos trabalhadores do campo. Essa luta começou a se concretizar com as ocupações e hoje com os assentamentos, em busca de uma sonhada reforma agrária.

Para Souza (2003, p.78) o território é fundamentalmente "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". Ainda para esse autor o território existe e é construído e desconstruídos em diferentes escalas (tamanho) e tempo, podendo durar séculos, décadas, anos, meses ou dias e também ter um caráter permanente, cíclico ou periódico, além de que todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é um território.

Na Geografia Política, o surgimento do território se dá através da apropriação e ocupação do espaço por um grupo social, bem como afirmou Souza (2003) a respeito desse assunto:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido em que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, "paisagem"). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis (...) mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico,

concreto, mas com o território e, por tabela, como o poder controlador desse território (SOUZA, 2003, p.84).

A respeito das relações culturais e políticas da sociedade Souza (2003, p.86) discute essa relação no território que “será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros (...)) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos)”. Ainda para Souza, o território deve ser controlado para que haja uma justiça social:

O controle do território deve ser elevado a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitam a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 2003, 100-1).

Na obra de Souza (2003) fica claro que o território contém dois elementos chave: o primeiro é o espaço, a área onde o ator, o indivíduo a conquista e organiza suas transformações, e o segundo elemento é o poder, no qual através dessa capacidade de se apropriar se territorializa no espaço.

Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente o ator ‘territorializa’ o espaço, através do trabalho, assim conforme Raffestin (1993, p.144) “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Para Raffestin (1993, p.143) o território é uma fração conquistada do espaço, desse modo para ele:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator ‘territorializa’ o espaço.

Este território é composto por uma identidade, que o diferencia de outro, pois tem um sentido histórico, temporal e de apropriação distinto. E nesse sentido Santos (2002) afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 10).

Portanto, a territorialização é inseparável dos atributos materiais e imateriais dos sujeitos que ocupam o espaço. O assentamento rural e os trabalhadores que dão sentido ao território, carregam suas vivências e compõem a identidade do lugar. Na realidade a apropriação territorial, de base física é necessária e fundamental para a existência dos assentados, mas a apropriação simbólica é necessária para a permanência e a reprodução socioterritorial.

Assentamentos rurais: conquista territorial e situação atual

O termo assentamento rural para Bergamasco et.al. (1997, p.11), no contexto da reforma agrária brasileira, diz respeito a um espaço preciso em que a população será instalada, por um longo período. “É uma transformação num referido espaço físico, contendo assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração deste espaço”.

No Brasil a definição de assentamento rural “esteve atrelada a uma atuação estatal direcionada ao controle e à delimitação do novo ‘espaço’ criado, e, por outro lado, às características dos processos de luta e conquista de terra, encaminhados pelos trabalhadores rurais” (LEITE, 2005, p.43). Para esse autor a definição do Estado está relacionada como uma colonização dirigida e regularização fundiária e para os agricultores a definição está mais fortemente ligada a uma reforma agrária.

Seguindo uma definição sobre assentamento rural, Zimmermann (1994, p.205) destaca que “O assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”. Assim, o processo de territorialização da luta pela terra promove uma homogeneidade dos indivíduos em uma meta comum, a reforma agrária. E isto, é um fator que marca a identidade simbólica do movimento social.

Sobre esse assunto Bergamasco et.al. (1997) afirma:

O debate entre pesquisadores com formações diferentes exige também que os assentamentos sejam apreendidos em tempos e espaços diferenciados. Parte-se de concepções capazes de retratar a complexidade, diversidade e multidimensionalidade, a fim de ser captada a pluralidade das questões que envolvem um estudo sobre assentamentos (BERGAMASCO et. al., 1997, p.19).

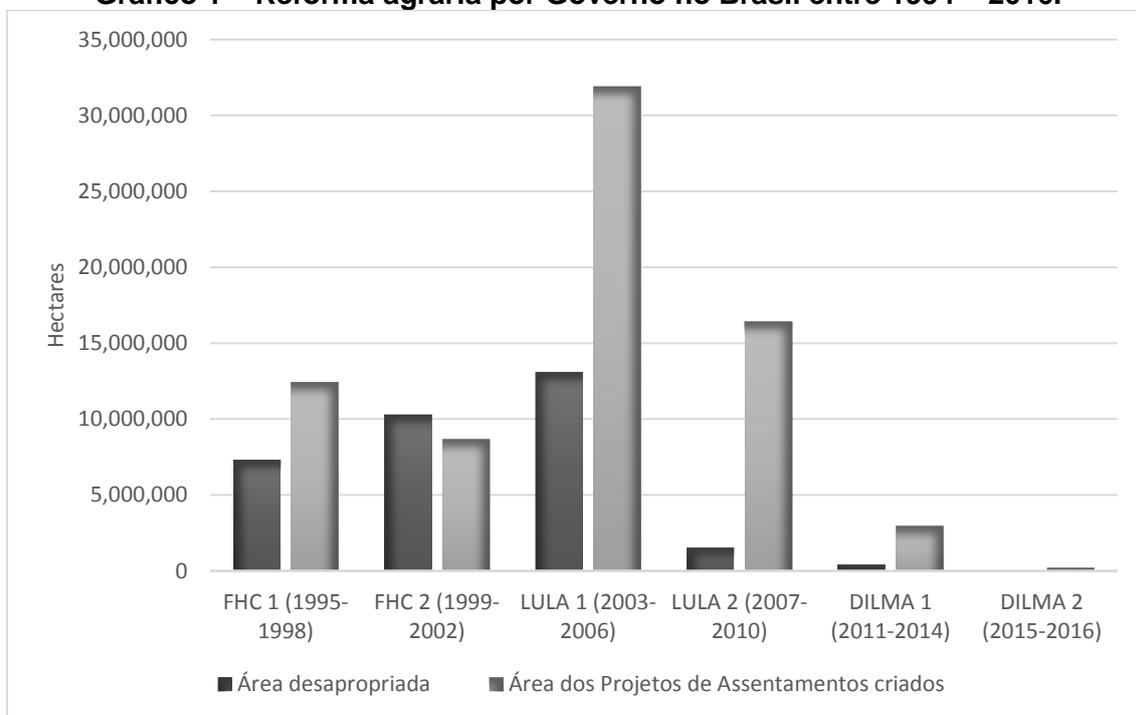
Para a mesma autora a história dos assentamentos é também uma história de lutas e conflitos sociais com sua repercussão na reorganização do espaço, o que pode revelar a força dos grupos sociais em conflito, na busca de uma reestruturação fundiária e na reforma agrária. Além de transformar o espaço, pois os “assentamentos formam ilhas de policultura

em via de modernização rodeadas de grandes explorações monocultoras cuja produção está orientada em direção aos complexos agroindustriais” (1997, p.44).

Portanto, o assentamento é um espaço que expressa conteúdos históricos, resultantes de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde materializam as relações sociais. Partindo dessa definição, o assentamento rural é o *locus* das atividades dos trabalhadores rurais que conquistaram esse espaço e transformaram em um território com uma identidade própria, uma identidade simbólica do MST.

No Brasil a área desapropriada para a implantação dos assentamentos rurais oscila de acordo com os interesses e pretensões políticas de cada governo (Gráfico 1). A realidade nacional sobre a reforma agrária, não avança e carece de políticas para romper com a base latifundiária que ocupa o território brasileiro.

Gráfico 1 – Reforma agrária por Governo no Brasil entre 1994 – 2016.



Fonte: INCRA (2017). Elaboração: O autor.

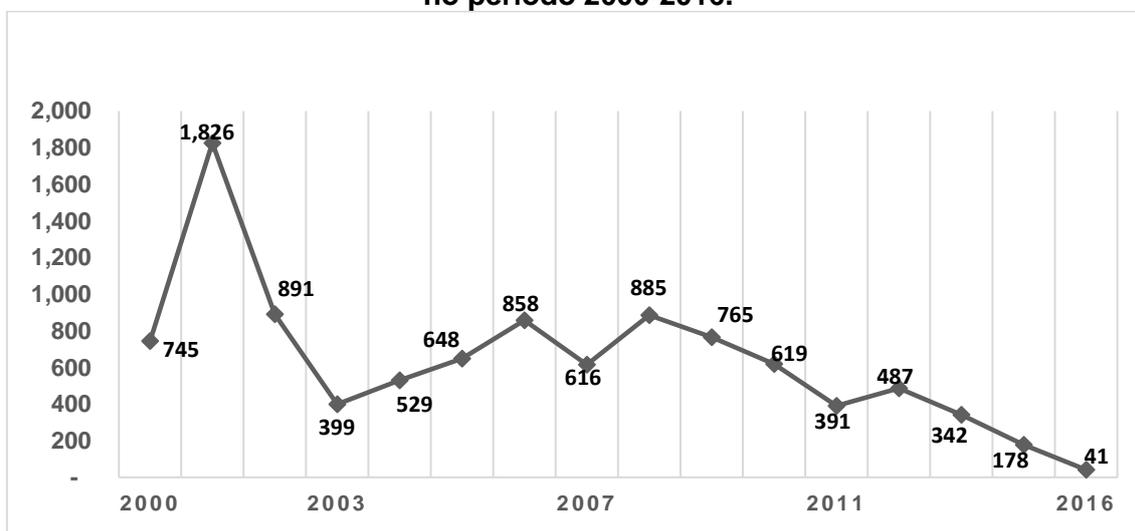
Nos últimos 20 anos, a desapropriação de terras para reforma agrária e das áreas para os assentamentos rurais, foi pouco significativa em relação a concentração de terras que existe no Brasil. Considerando esses resultados, observa-se que nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a área dos assentamentos rurais implantados atingiu 21.077.741 hectares com 497.218 famílias de trabalhadores rurais. Nos oito anos de governo Lula (2003-2010) a área dos assentamentos rurais foi mais expressiva atingindo 48.291.180 hectares, praticamente mais que o dobro de seu antecessor do PSDB, e contemplou 614.088 famílias de trabalhadores rurais.

Entretanto, as políticas para a reforma agrária não foram satisfatórias no que se refere ao planejamento, desenvolvimento e manutenção das famílias assentadas. A preocupação em manter o modelo vigente do agronegócio e das grandes propriedades esteve em evidência nas últimas décadas, conforme aponta Alves (2013, p.425), o crédito para o agronegócio em 2003 foi de 20,2 bilhões de reais e em 2013 passou para 115,2 bilhões de reais, já em 2017 o crédito estatal chegou a 190,2 bilhões de reais ao passo que em 2013 o crédito para agricultura familiar ficou em 22,3 bilhões de reais e em 2017 atingiu a marca de 30 bilhões de reais (MDA, 2019; MAPA, 2019), ficando claro os objetivos e interesses do governo brasileiro.

No contexto gaúcho, a territorialização camponesa no século XXI ocorreu de forma concentrada, sobretudo na metade sul do estado, em áreas fronteiriças com o Uruguai e que tradicionalmente o latifúndio ocupou com a pecuária extensiva nos vastos campos, em áreas pouco urbanizadas, com uma rede de cidades composta por pequenas e médias cidades com economia pouco dinâmica em relação a outras áreas do estado.

O número de famílias assentadas no Rio Grande do Sul (Gráfico 2) representa os sujeitos no processo de territorialização e estes trabalhadores rurais ocuparam 122.726 hectares (Gráfico 3) e foram responsáveis pela mudança em espaços onde predominava a grande propriedade e teve sua dinâmica socioterritorial alterada.

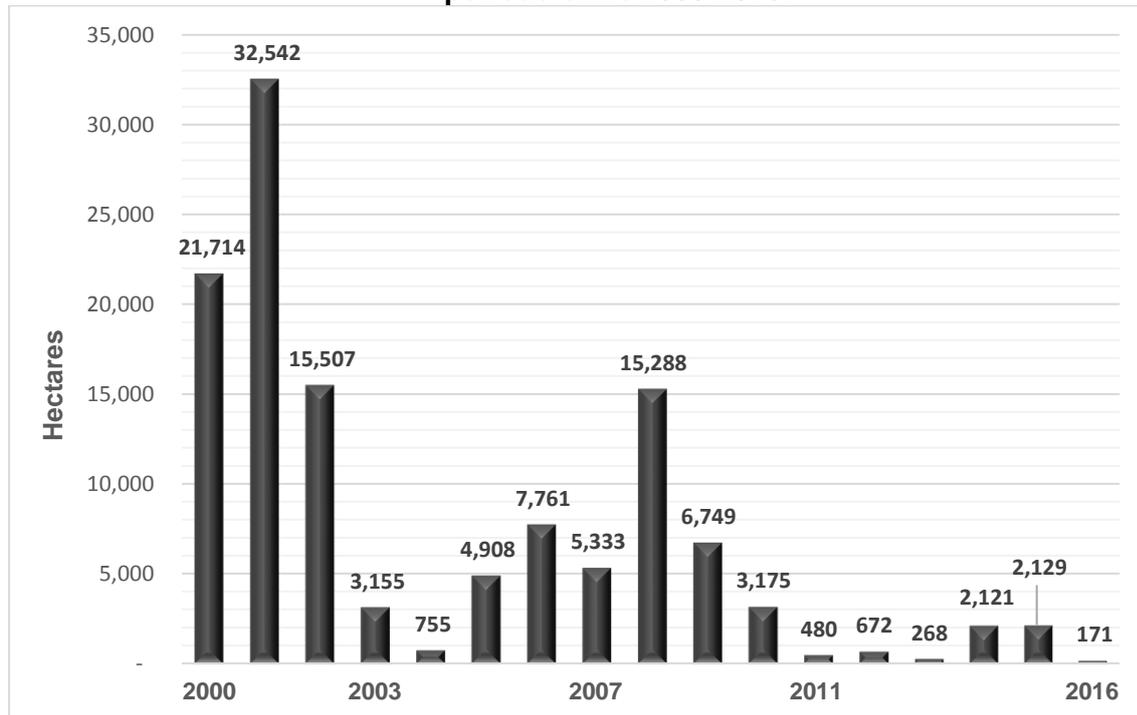
Gráfico 2 - Número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no Rio Grande do Sul no período 2000-2016.



Fonte: INCRA (2017). Elaboração: O autor.

Conforme observa-se no gráfico 2, fica claro uma tendência decrescente após 2008 das políticas de reforma agrária no Rio Grande do Sul. O montante entre 2000 e 2016 chega a 10.650 famílias assentadas, um número pouco expressivo considerando 16 anos de luta pela terra, e as áreas ocupadas por monoculturas e grandes propriedades que acirram as desigualdades na sociedade.

Gráfico 3 – Área territorializada pelos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul no período entre 2000-2016.



Fonte: INCRA (2017). Elaboração: O autor.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais assentados na metade sul do Rio Grande do Sul, é a localização dos assentamentos rurais. Os trabalhos de Chelotti (2003, 2009) e Alves (2006) retratam o problema das distâncias dos territórios e dos núcleos urbanos. As interações espaciais são lentas devido a rede de cidades ser bastante dispersa e pouco dinâmica economicamente. Esses entraves enfrentados pelos assentados foram outros obstáculos que tiveram de ser superados, pois muitas das fazendas/áreas desapropriadas não eram as que estavam sendo reivindicadas, além de estarem num isolamento dentro do município e também as condições do solo não serem as mais favoráveis a agricultura.

Ou seja, além do quantitativo de área e família assentada no Rio Grande do Sul ser baixo, as condições para o uso do espaço foi difícil, mas a territorialização pelos trabalhadores rurais superou as adversidades, tornando esses espaços carregados de luta e conquistas, conforme serão vistos a seguir.

A temática da territorialização dos assentamentos rurais no Rio Grande Do Sul e a Geografia

Nesses últimos anos, tem-se observado inúmeras pesquisas que deram atenção aos movimentos de luta pela terra e sua dinâmica socioterritorial no Rio Grande do Sul.

Estas pesquisas ganharam mais relevo a partir do início dos anos 2000, juntamente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 que estimulou pesquisas e projetos sobre a questão agrária. Aliado a isso, os constantes conflitos de terra no período dos Governos de FHC entre 1995 a 2002 foram alvo de inquietações para os estudiosos sobre o campo brasileiro. Esse contexto político-geográfico reforçou a linha de pesquisa que investiga os conflitos e processos de disputa territorial no campo, que envolve geógrafos, economistas, agrônomos, cientistas sociais, historiadores entre outros cientistas.

Os processos de territorialização dos assentamentos rurais no campo gaúcho foram e estão no centro do debate em alguns Programas de Pós-Graduação, Grupos de Pesquisas² e pesquisadores de diversas áreas. Nesse texto, far-se-á uma explanação sobre os geógrafos³ que pesquisaram esse processo de territorialização no Rio Grande do Sul em pesquisas recentes, de 2000 a 2015, em dissertações e teses⁴, procurando entender como esses fenômenos vem sendo tratados e quais os desafios, conquistas e perspectivas na luta pela terra no Rio Grande do Sul nesse início de século XXI (Quadro 1).

Quadro 1 - Dissertações e Teses defendida por geógrafos sobre Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul entre 2000 a 2015.

Autor	Título	Programa/ Universidade	Tipo do trabalho	Ano de conclusão
Marcelo Cervo Chelloti	A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'ana do Livramento – RS	Geografia UNESP-PP	Dissertação	2003
Denir de Oliveira Sosa Junior	O processo de reterritorialização de produtores assentados na Campanha Gaúcha	Geografia UFRGS	Dissertação	2004
Senira Beledelli	A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos	Geografia UFRGS	Dissertação	2005
Flamarion Dutra Alves	Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS	Extensão Rural UFSM	Dissertação	2006
Vinicius Silva Moreira	Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos – RS: da pecuária extensiva à agricultura familiar	Geografia UFSM	Dissertação	2008
Edinho Carlos Kunzler	Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS	Geografia UFSM	Dissertação	2009
Marcelo Cervo Chelloti	A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha	Geografia UFU	Tese	2009

² Vale destacar o Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS que desenvolve pesquisas sobretudo da produção de arroz agroecológico nos assentamentos em Eldorado do Sul (LINDNER e MEDEIROS, 2015a) ou na produção agroecológica na Campanha Gaúcha (LINDNER e MEDEIROS, 2015b).

O Grupo de Pesquisa em Educação e Território da UFSM que desenvolve pesquisas sobre a Escola Itinerante do MST (MEURER e DAVID, 2005) e dos temas sobre o espaço agrário gaúcho (WIZNIEWSKY e DE DAVID, 2015).

³ Neste texto optou-se por geógrafos somente, mas sabe-se que há muitos trabalhos de outros profissionais acerca dos assentamentos rurais.

⁴ A opção por escolher dissertações e teses remete a ideia de um estudo mais denso sobre a temática (2 a 4 anos de estudo em média). Evidente que há inúmeros livros, trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros, artigos em eventos e revistas desenvolvidos por geógrafos que poderiam exprimir os processos de territorialização dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, mas por uma questão de recorte metodológico, optou-se por essa abordagem.

	Gaúcha (1990-2007)			
Fátima Aparecida de Quadros Reolon	Nova Ramada como espaço de valorização humana e de produção no meio rural: uma abordagem geográfica	Geografia UFSM	Dissertação	2011
Julia Saldanha Vieira De Aguiar	Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento	Geografia UFRGS	Dissertação	2011
Anderson Luiz Machado dos Santos	O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio – o caso de São Gabriel – RS	Geografia UFSM	Dissertação	2012
Vagner Guimarães Ramos	As estratégias sociais e produtivas no assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana – RS	Geografia UFSM	Dissertação	2012
Pâmela Corrêa Peres	Conflitos socioambientais em áreas de preservação permanente: o caso do assentamento Nova Batalha, Vacaria, RS	Geografia UFSM	Dissertação	2012
Eliane Weber	Percepções em relação ao ambiente desenvolvidas nos 4º e 5º anos na Escola Municipal São Francisco, assentamento Alvorada	Geografia UFSM	Dissertação	2013
Vinicius Silva Moreira	A dialética capitalista no meio rural em Tupanciretã/RS/Brasil: da ocupação ibérica ao agronegócio nos assentamentos da reforma agrária	Geografia UFRGS	Tese	2013
Felipe Leindecker Montebianco	O espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS	Geografia UFRGS	Dissertação	2013
Antonio Cossetin de Oliveira	A expansão da produção da soja e a viabilidade dos assentamentos do MST no município de Jóia RS.	Geografia UFSM	Dissertação	2014
Deoclécio Gomes Petry	Análise dos assentamentos de Júlio de Castilhos/RS: implicações sociais, ambientais e a qualidade de vida dos assentados	Geografia UFSM	Dissertação	2014
Mirieli da Silva Fontoura	As interfaces do acolhimento dos estudantes egressos da escola itinerante do MST: desafios da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas - São Gabriel/RS	Geografia UFSM	Dissertação	2014
João Silvano Zanon	Desafios da produção do arroz orgânico nos assentamentos do município de São Gabriel - RS	Geografia UFSM	Dissertação	2015
Ana Paula Ribeiro	Agricultura familiar em área de proteção ambiental: o caso do assentamento Filhos de Sepé - Viamão/ RS	Geografia UFRGS	Dissertação	2015
Veridiana Soares Ribeiro	Territorialização camponesa: o lugar de viver no assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS	Geografia FURG	Dissertação	2015
Aline Weber Sulzbacher	Política, território, poder e a agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul	Geografia UNESP-PP	Tese	2015

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br/> Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

Conforme o levantamento realizado, observam-se 22 obras, sendo 3 teses de doutorado e 19 dissertações de mestrado, concentrando os estudos sobre os assentamentos na metade sul do estado. O processo de territorialização é embasado por autores como Claude Raffestin, Bernardo Mançano Fernandes, Rogerio Haesbaert, Marcelo

Lopes de Souza e Marcos Aurélio Saquet, e retratam os desafios pela permanência na terra e da formação da identidade.

Na tese de Chelotti (2009, p.271) o autor discorre sobre os embates entre os assentados oriundos do norte gaúcho e da campanha:

Em relação à característica das identidades sociais existentes nos assentamentos da Campanha, verificamos que os assentados com origem geográfica do norte apresentam-se mais adeptos à inserção de novas formas de exploração de terra, como a fruticultura e a produção de leite. Os assentados oriundos da própria região são mais resistentes em diversificar a produção, desenvolvendo atividades mais ligadas à exploração da pecuária extensiva. (CHELOTTI, 2009, p.271).

Além dos problemas internos aos assentamentos rurais, as pesquisas revelam os impactos na sociedade local-regional, e nesse ponto há contradições no processo de territorialização, ou seja, no âmbito econômico há consequências positivas pois há mais geração de renda e dinamismo no setor agropecuário, mas no âmbito social-cultural ainda há resistência entre a população local e os assentados, conforme aponta o estudo de Moreira (2008).

[...] os assentados são unânimes em afirmar que a conquista da terra, apesar de árdua, foi um processo exitoso, que contribui não apenas para as famílias assentadas, mas também para a região em que o assentamento está inserido [...] mas a sociedade como um todo, como profissionais liberais, comerciantes, estudantes, políticos, religiosos e também proletários urbanos e rurais, que manifestaram sua discriminação e preconceito aos assentados. (MOREIRA, 2008, p. 113).

As pesquisas revelam essa dificuldade encontrada pelos assentados, da criação até a consolidação, mas a união e a busca pela identidade é o elo que dá força ao movimento dos trabalhadores, antes sem-terra e agora territorializados. O estudo de Alves (2006) corrobora com essa perspectiva:

A criação de uma identidade cultural nos assentamentos rurais é difícil, pela diferentes origens das famílias, mas todas têm um elemento em comum, a (re) conquista da terra, esse elemento é que diferencia o espaço dos assentamentos rurais. (ALVES, 2006, p.111)

Neste mesmo trabalho aponta-se para um caminho nessa identidade, a forte ligação entre os assentados pela produção agroecológica, uma atividade distinta da produção convencional e majoritária na campanha gaúcha e que destaca-se no território. Kunzler (2009) ao estudar o Assentamento Conquista da Liberdade em Piratini, salienta a mudança no padrão de produção entre os assentados:

[...] a incorporação da práxis agroecológica trouxe grandes benefícios para o grupo. Ela permitiu que a cooperação atingisse sua completude, pois faz dos próprios agricultores os pensadores do seu espaço, sempre em

consonância com o mesmo e nunca exigindo dele acima de suas capacidades. (KUNZLER, 2009, p.109)

A diversificação produtiva é uma das formas de permanência e consolidação dos territórios da reforma agrária. Ramos (2012) apresenta a situação do Assentamento Santa Maria do Ibicuí em Manoel Viana, município tradicionalmente dedicado a pecuária extensiva e monoculturas.

As atividades produtivas apresentam-se com grandes diversidades dentro do assentamento. Boa parte desta situação pode ser explicada por meio das condições de adaptação das famílias ao local, visto que em sua maioria são provenientes de outras regiões, e acima de tudo, o modo como conseguem “driblar” os problemas enfrentados, onde podemos destacar a demanda por uma assistência técnica voltada para a produção familiar. (RAMOS, 2012, p. 112).

Em síntese, os trabalhos defendidos ao longo desses últimos anos apresentam problemas idênticos enfrentados pelos assentados, isso demonstra a omissão do poder público em auxiliar na fixação desses trabalhadores rurais e ainda, a falta de planejamento na escolha dos lugares destinados aos assentamentos rurais.

Conclusões

A reforma agrária no Brasil ainda é um processo lento, sendo um desafio constante e de muita luta dos movimentos sociais do campo. Diante do exposto a territorialização no campo gaúcho é exitosa frente as dificuldades que são postas pelo poder público e sociedade local.

As dificuldades de implantação e consolidação dos assentamentos rurais levam anos para serem suprimidas, e nesse período a identidade e simbolismos vão dando força para os trabalhadores rurais enfrentar os problemas.

As pesquisas desenvolvidas pelos geógrafos e demais pesquisadores são fundamentais para expor a situação dos assentamentos rurais, entender o contexto que se desenvolvem os processos da criação, implantação e consolidação, além de dar visibilidade aos assentados como sujeitos, e sobretudo da importância social e econômica da reforma agrária.

Um projeto de assentamento ideal, busca ajustar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integrando produtividade com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência. Criando assim condições para que o modelo agrícola possa ser modificado introduzindo uma maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e o emprego rural. Possibilitando segurança alimentar, mantendo o meio ambiente em equilíbrio, e também que o homem do campo tenha acesso a direitos fundamentais, para que se consiga obter um desenvolvimento sem desigualdades sociais.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS**. Dissertação de Mestrado (Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ALVES, Flamarion Dutra. As configurações do campo brasileiro e os contrastes do agronegócio. p.421-442. In: FERREIRA, Álvaro et. al. **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL -SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNAÇÃO E GESTÃO DO RS. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais>>. Acesso em: 08/18/2017.
BERGAMASCO, S; PAMARD, C. B; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2003.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. Tese de Doutorado (Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005. p.14-34.

INCRA – Números da Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria> . Acesso em:10 de agosto de 2017.

KUNZLER, Edinho Carlos. **Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

LEITE, Sérgio. Assentamento Rural. p.43-45. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção de arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS: inclusão sócio econômica e transformações territoriais. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, número especial (2), p. 158 – 167, Novembro. 2015.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Transformações territoriais via reforma agrária no Rio Grande do Sul, Brasil: a territorialização de assentados na campanha gaúcha. In: LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (Orgs). **Expressões da cultura no território**. Porto Alegre: Evangraf, 2015b. p.11-29.

MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/comeca-2a-feira-3-liberacao-de-r-190-25-bi-para-financiamento-da-nova-safra-agricola> Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tv-mda/plano-safra-destina-r-30-bilh%C3%B5es-para-agricultura-familiar> Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

MEURER, Ane Carine; DAVID, Cesar De (Orgs). **Espaços-tempos de Itinerância** – Interlocações entre Universidade e escola itinerante do MST. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

MOREIRA, Vinicius Silva. **Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos – RS: da pecuária extensiva à agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A “Não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no governo Lula”. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Vagner Guimarães. **As estratégias sociais e produtivas no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana – RS**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 9.ed. São Paulo: Record, 2002.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. p. 205-224. In: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: ED.UNESP, 1994.

WIZNIEWSKY, Carmem Rejane Flores; DE DAVID, César. (Org.). **Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

Sobre o autor

Flamarion Dutra Alves – Licenciado em Geografia (UFSM), Mestre em Extensão Rural (UFSM) e Doutor em Geografia (UNESP – Rio Claro). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei e Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES – UNIFAL-MG); **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

Como citar este artigo

ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista NERA** vol.22 , n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Recebido para publicação em: 20 de novembro de 2018

Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019

Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019
